



**ROYAL NORWEGIAN MINISTRY OF
CLIMATE AND ENVIRONMENT**



*Empowered lives.
Resilient nations.*

GCF MODELOS E GUIA: JANELA A

1 INFORMAÇÃO GERAL

Candidato:	Instituto BVRio
Jurisdição:	Estado de Rondônia, Brasil
Título do Projeto:	Governança climática para o estado de Rondônia
Data de Início Proposta:	Dezembro de 2018
Duração Proposta:	18 meses (até Maio de 2020)
Valor solicitado em USD:	365,109 USD (equivalente a ~BRL 1.200.000)

2 CONTATOS DO CANDIDATO

Nome do Contato:	Pablo Fernandez de Mello e Souza
Título:	Diretor de Mudanças Climáticas, Florestas e Carbono
Organização:	Instituto BVRio (CNPJ 14.563.354/0001-59)
Telefone:	+55 (21) 3596-4006
E-mail:	Pablo.fernandez@bvrio.org
Nome do Contato:	Beto Mesquita
Título:	Diretor de Políticas e Relações Institucionais
Organização:	Instituto BVRio (CNPJ 14.563.354/0001-59)
Telefone:	+55 (21) 3596-4006
E-mail:	Beto.mesquita@bvrio.org
Endereço:	Rua Joaquim Campos Porto, 367 - Jardim Botânico Rio de Janeiro - RJ, 22460-190, Brasil

3 CONTATOS DA JURISDIÇÃO

Nome do Contato:	Edjales Benício
Título:	Coordenador de Governança Climática da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
Departamento:	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
Endereço:	Av. Farquar 2986, Pedrinhas, Edifício Rio Cautario Curvo 2, 2º Andar. Porto Velho -RO, 76801-361, Brasil
Telefone:	+55 (69) 9 9345-8484
E-mail:	edjbenicio@gmail.com

ESTRUTURA DA PROPOSTA

1	<i>Justificativa e Abordagem</i>	3
1.1	Resumo	3
1.2	Auto-Avaliação	5
1.2.1	Estratégias Jurisdicionais Existentes	5
1.2.2	Outros processos relevantes de desenvolvimento de baixas emissões	6
1.2.3	Financiamento e Investimento	8
1.2.4	Aprendizado	8
1.2.5	Capacidade do Parceiro	9
1.3	Oportunidades Estratégicas	11
1.4	Objetivos e Resultados Esperados	14
1.5	Descrição das Atividades	16
1.6	Plano de Implementação e Prazo	21
1.7	Temas Transversais	22
1.7.1	Interação com um Quadro Político mais Amplo	22
1.7.2	Parcerias	23
1.7.3	Participação das Partes Interessadas	26
1.7.4	Integração de Gênero	26
1.7.5	Gestão de Conhecimento e Comunicações	27
2	<i>Riscos, Monitoramento e Avaliação</i>	28
2.1	Gerenciamento de Riscos	28
2.2	Monitoramento	29
2.3	Sustentabilidade dos Resultados	30
3	<i>Orçamento</i>	31

1 JUSTIFICATIVA E ABORDAGEM

1.1 RESUMO

Rondônia é um dos estados da Amazônia Legal brasileira com maior área já desmatada. De acordo com o projeto PRODES / INPE, mais de 40% das áreas originais de floresta no Estado já foram convertidas para outros usos. Dados recentes ainda colocam Rondônia como um dos Estados que mais desmatam na Amazônia (1.252 km² em 2017).

Em 2017, o Estado de Rondônia ainda detinha mais de 123 mil km² de florestas nativas remanescentes, cobrindo aproximadamente 50% das terras do estado e retendo cerca de 4,5 GtCO₂e de serem lançadas para atmosfera.¹

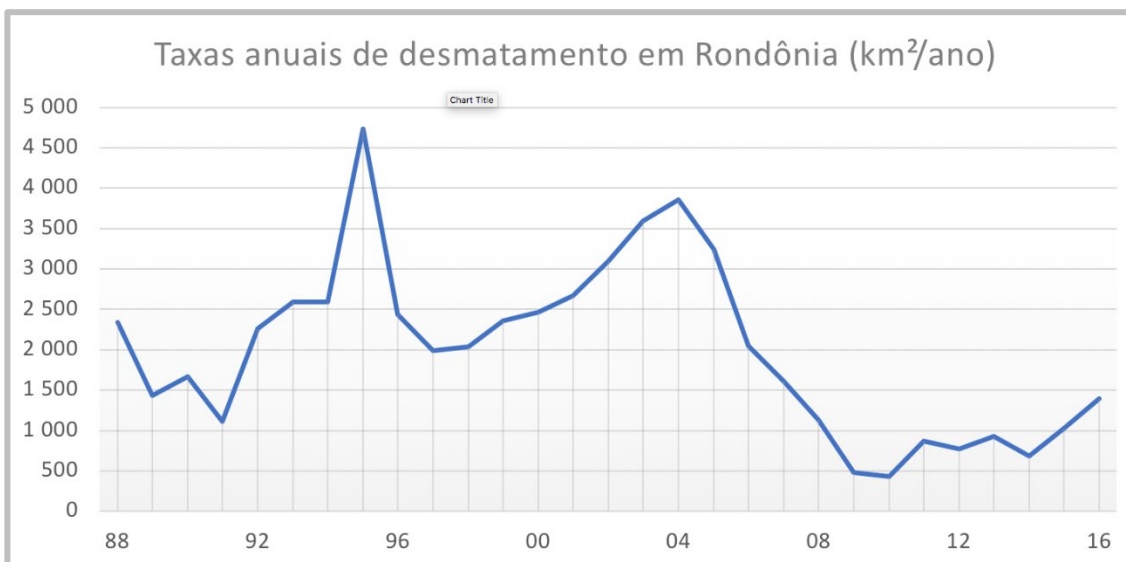


FIGURA 1. TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO NO ESTADO DE RONDÔNIA (KM²/ANO), SEGUNDO PRODES.

Com base nos dados acima vemos que os incrementos de desmatamento se correlacionam com programas de governo que geraram grande migração para o estado. Enquanto as migrações das décadas de 1970 a 1990 foram relacionadas a políticas governamentais de incentivo a produção agrícola, as migrações dos anos 2000 são relacionadas a grandes obras de infraestrutura desenvolvidas no estado (termoelétricas, hidroelétricas do Rio Madeira, linhas de transmissão, fabricas de grande porte, hidrovias e rodovias).

O estado passa agora por uma consolidação populacional. O objetivo é assegurar que o estado consiga entrar em uma rota de maior sustentabilidade com relação ao uso da terra e dos recursos naturais, e para isso, é fundamental que setores publico, privado e sociedade civil atuem conjuntamente nessa direção.

O desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura levou grandes empresas de diversos setores a se estabelecerem no estado, criou um novo arranjo produtivo no estado e a possibilidade de uma nova matriz econômica. O Estado de Rondônia possui um Plano estratégico para o Período de 2016-2020 onde formaliza os objetivos e compromissos do Estado. Dentre os principais compromissos e objetivos, destacam-se:

- i. Reduzir a zero o desmatamento ilegal no estado ate 2020;
- ii. Promover o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do estado e fortalecer politicas publicas de incentivo e fomento a industrialização;
- iii. Capacitar em 40% o numero de cooperativas e associações produtivas do Estado ate dezembro de 2019;
- iv. Implantar planos de manejo em 40% das unidades de conservação estaduais até dezembro de 2019;
- v. Recuperar 60% das áreas degradadas do estado até dezembro 2019;

¹ Calculo feito assumindo um estoque médio de 250 ton de CO₂ por hectare.
(Fonte: https://carbon.nasa.gov/pdfs/CMSApplications_PolicySeries_slides_Oct.pdf)

- vi. Elevar em 100% o numero de empresas com base em inovação tecnológica no estado ate dezembro de 2018;
- vii. Implantar Bio-Fábrica até dezembro 2020;
- viii. Reduzir em 50% os conflitos fundiários até dezembro 2020;
- ix. Elevar o numero de exportações em 40% até dezembro de 2020

Rondônia é o estado com maior numero de projetos de REDD+ registrados no mercado voluntário. Entretanto, outros estados da Amazônia Legal, como o Acre e o Mato Grosso, estão mais avançados na implementação de políticas climáticas e marcos regulatórios específicos para REDD +. Tendo em vista o Planejamento Estratégico Estadual, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, o Projeto de Lei Estadual da Política Estadual de Governança Climática e de Serviços Ambientais, a NDC do Brasil e as oportunidades para alavancar novos investimentos para o Estado pela lógica do REDD+, o Estado de Rondônia propõe um programa para o GCF baseado em **3 linhas estratégicas**:

- 1) Regulamentação e implementação de uma Política Estadual e instrumentos estruturantes para REDD+ do Estado de Rondônia;
- 2) Fomento ao engajamento do setor privado (voltado a atração de novos investimentos para a implementação de modelos produtivos sustentáveis e redução do desmatamento no Estado);
- 3) Engajamento e mobilização de agentes públicos e sociedade civil para agenda do REDD+

As Atividades e Ações a serem desenvolvidas em cada uma das estratégias estão descritas o longo da proposta. Dentro de cada Atividade há Ações desenvolvidas e Produtos Gerados. Linhas estratégicas (ou Estratégia), Atividades e Produtos Gerados (ou simplesmente Produtos) usam o mesmo nome e numero alo longo de toda proposta.

A proposta se divide em **3 fases**:

- I. **Fase Estratégica** – Fase na qual espera-se regulamentar os marcos específicos no Estado para REDD+ assim como Planos Estratégicos de REDD+/LEDS
- II. **Fase de Planejamento** – Fase na qual se desenvolverá o Plano de Ações e Plano de Investimento REDD+/LEDS, bem como os principais estudos estruturantes para a operacionalização do REDD+ no Estado.
- III. **Fase Operacional** – Desenvolvimento das ações e implementação de sistema de MRV para monitorar e reportar os resultados atingidos e mobilização de capital para implementação de investimentos sustentáveis na jurisdição. .

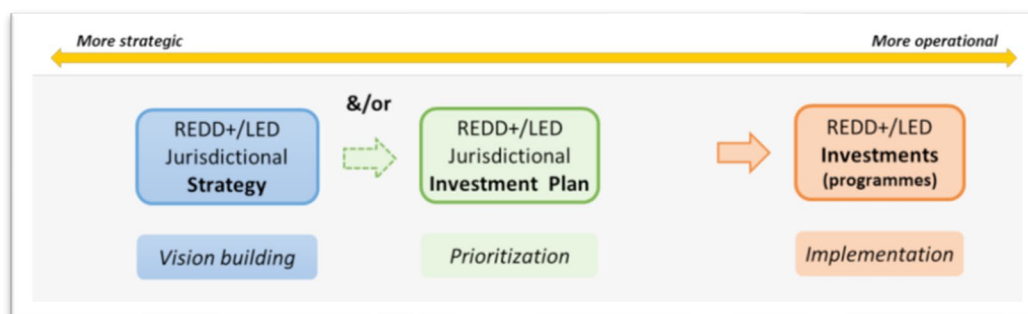


FIGURA 2. FASES A SEREM DESENVOLVIDAS AO LONGO DA PROPOSTA (FONTE: ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS JURISDICTIONAIS E PLANOS DE INVESTIMENTO ROBUSTOS PARA REDUZIR O DESMATAMENTO E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO COM BAIXAS EMISSÕES – GCF/PNUD)

1.2 AUTO-AVALIAÇÃO

1.2.1 ESTRATÉGIAS JURISDICIONAIS EXISTENTES

Existe uma estratégia de REDD + jurisdicional existente?	() SIM	(X) NÃO
Em caso afirmativo, por favor, forneça nome, ano de aprovação e o link online da estratégia:		
<p>Rondônia possui uma série de iniciativas e marcos regulatórios que contribuem para a implementação de uma estratégia de REDD+ jurisdicional, porém não possui uma estratégia formalizada. O Estado possui um Plano Estratégico amplo, que cobre aspectos de REDD+ jurisdicional, mas não é focado apenas nesse tema.</p> <p>Entre os marcos ambientais legais criados pelo estado está o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico - ZSEE / RO, instituído pelo Decreto Estadual 3782/1988. Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, tem como objetivo criar um instrumento voltado para a promoção do ordenamento territorial no estado, atuando como instrumento de planejamento e controle do uso dos recursos naturais. A segunda versão do ZSEE foi elaborada em 2000, através da leis complementares 233/2000 e 312/2005.</p> <p>O governo do estado lançou o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento - PPCD-RO em 2009, apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, na tentativa de criar diretrizes para o controle do desmatamento no estado, estruturado sob quatro eixos temáticos :</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) planejamento do uso da terra e titulação de terras; (ii) Promoção da produção sustentável; (iii) Ações de comando e controle para a prevenção do desmatamento; e (iv) Desenvolvimento de atividades para a descentralização da gestão ambiental. <p>O PPCD / RO foi desenvolvido para o horizonte de 2010 a 2015, com a meta de redução gradual do desmatamento, chegando a zero até 2015, como resultado das ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia - PPCDAm e do Plano Nacional de Desmatamento Plano de Mudanças Climáticas - PNMC.</p> <p>Nos últimos anos, o Governo de Rondônia vem trabalhando no desenvolvimento de estratégias e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável do estado, visando valorizar a produção rural sustentável, os serviços ambientais e o REDD+. Entre os exemplos práticos está o início da criação do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável - PDES e da Política Estadual sobre Governança Climática, Serviços Ambientais e REDD+, políticas que têm como principal objetivo consolidar as melhores práticas na produção agrícola e redução do desmatamento, criando novas arranjos econômicos que caracterizam e ativam as vantagens competitivas do estado.</p> <p>Conjuntamente com todas as Secretarias do Estado, o governo estadual desenvolveu um Plano Estratégico Estadual para o período de 2016-2020², tendo inovação e sustentabilidade como dois dos principais pilares do programa de desenvolvimento do estado.</p> <p>A presente proposta tem o objetivo de organizar essas iniciativas mais recentes dentro de um Plano Estratégico de REDD+ jurisdicional, organizar e orientar esforços para que haja maior eficiência e efetividade em atingir os objetivos do Plano Estratégico REDD+ e sinergias com o Plano Estratégico Estadual, bem como mobilizar os diferentes segmentos da sociedade, incluindo poder público, setor privado e sociedade civil, para sua implementação.</p>		
Qual a cobertura geográfica da estratégia?		
Estratégia ainda em desenvolvimento. Quando aprovada, a estratégia será válida para todo o estado de Rondônia.		
Quais os motores do desmatamento (diretos e subjacentes)? Quais agentes de desmatamento/mudança estão associados?		
Atualmente, as taxas de desmatamento no estado são atribuídas a pequenos produtores rurais que vieram para a região por meio de programas de titulação de terras; bem como fazendeiros e madeireiros.		

² <http://www.rondonia.ro.gov.br/portal/plano-estrategico/>

<p>Os fatores associados ao aumento do desmatamento e avanço da fronteira agropecuária são, principalmente, a abertura de rodovias, projetos de infraestrutura, ampliação da agricultura mecanizada e a grande disponibilidade de crédito rural (ex. PRONAF, Plano Safra), entre outros.</p> <p>O desenvolvimento de um Plano Estratégico de REDD+ Jurisdicional deverá prever a realização de uma análise estruturada sobre os principais agentes e vetores de desmatamento no Estado, que deverão ser abordados pelos Planos específicos, como intensificação da produção pecuária, apoio a agricultura familiar, sistema de MRV estadual para uso da terra, assim como grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias.</p>		
<p>Como a estratégia se encaixa no quadro político mais amplo, incluindo políticas setoriais?</p>		
<p>Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.</p>		
<p>Há alguma inconsistência?</p>		
<p>Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.</p>		
<p>Existe uma ligação entre a estratégia jurisdicional e a estratégia ou processos nacionais de REDD+?</p>	<p>(X) SIM</p>	<p>() NÃO</p>
<p>E quanto aos processos globais?</p>	<p>(X) SIM</p>	<p>() NÃO</p>
<p>Em caso afirmativo, por favor, descreva.</p>		
<p>O Brasil já faz parte da plataforma de REDD+ da UNFCCC. O estado de Rondônia tem o objetivo conectar o Sistema Estadual de REDD+ dentro de uma contabilidade e sistema de monitoramento nacional, possibilitando a integração com a Estratégia Nacional de REDD+ do Brasil, que já está registrada e aprovada pela UNFCCC.</p>		
<p>Existe um sistema para monitorar o progresso da estratégia jurisdicional existente (dados florestais e não florestais)?</p>	<p>() SIM</p>	<p>(X) NÃO</p>
<p>Por favor, descreva e forneça os links quando relevantes.</p>		
<p>Um dos componentes da proposta apresentada a seguir está relacionado ao desenvolvimento de um estudo para definição da situação atual no estado (linha de base), bem como um sistema de monitoramento e divulgação de resultados que devem ser implementados para a operacionalização da Estratégia.</p>		
<p>A estratégia vinculada aos sistemas nacionais de monitoramento florestal, protege os sistemas de informação ou outros processos de monitoramento nacionais/globais relevantes?</p>	<p>(X) SIM</p>	<p>() NÃO</p>
<p>Em caso afirmativo, por favor, descreva.</p>		
<p>Sim, a estratégia está sendo desenhada de forma alinhada às políticas e sistemas nacionais de REDD+. O SisREDD+ Rondônia será desenvolvido considerando, por exemplo, aos elementos apresentados pela Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), respeitando os limites de captação de recursos acordados nacionalmente, entre governo federal e estados da Amazônia. O monitoramento da estratégia também contará com as informações disponibilizadas pelos sistemas federais de monitoramento, como PRODES/INPE. Quando o SISREDD+, sistema nacional de monitoramento das salvaguardas socioambientais, estiver desenhado e implementado, o estado irá buscar aplicar seus principais elementos à estratégia jurisdicional.</p>		

1.2.2 OUTROS PROCESSOS RELEVANTES DE DESENVOLVIMENTO DE BAIXAS EMISSÕES

<p>Existe alguma cadeia de suprimentos - compromissos e / ou iniciativas atualmente ativas na jurisdição?</p>	<p>(X) SIM</p>	<p>() NÃO</p>
<p>Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas da cadeia de suprimentos sustentável existentes, caso seja o caso?</p>		
<p>As principais cadeias de suprimento do Estado de Rondônia, relacionadas ao uso da terra, estão voltadas a pecuária extensiva e agricultura. Porém, o Estado conta com grande potencial para retomar dinâmicas locais de desenvolvimento com base em modelos produtivos menos agressivos ao meio ambiente e as florestas, como a produção de café em sistemas agroflorestais, restauração de espécies nativas, manejo florestal sustentável para fins madeireiros e não madeireiros, piscicultura entre outros.</p>		

O Plano Estratégico de REDD+ será organizado de forma a fomentar e coordenar esses novos modelos produtivos com base na floresta em pé e na recuperação de áreas degradadas.		
Existem compromissos e / ou iniciativas com Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais (IP/LC)?	() SIM	(X) NÃO
Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas existentes de IP / LC, caso seja o caso?		
Existem outros projetos importantes ou atividades relevantes para o REDD +/LED que ocorrem na jurisdição?	(X) SIM	() NÃO
Em caso afirmativo, por favor, liste os parceiros/organizações.		
<p>O Estado de Rondônia é hospedeiro de diversos projetos pioneiros de REDD+. O Projeto de REDD+ do povo Suruí foi o primeiro projeto de REDD+ indígena no mundo a atingir certificações internacionais para REDD+ (VCS e CCBA) e a vender créditos de carbono gerados pela redução do desmatamento dentro de seu território. O Projeto de REDD+ Suruí é liderado pela Associação Metareilá do Povo Suruí, com apoio técnico do Idesam, Kanindé, Ecam e Forest Trends.</p> <p>Vale destaque para três iniciativas de REDD+ /LED no Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) o Projeto de REDD+ da RESEX Jacundá, organizado por associações comunitárias locais em parceria com a ONG Rio Terra e a empresa Biofílica. (ii) O Projeto de Carbono RECA: Liderado pela cooperativa de pequenos agricultores do RECA em parceria com a empresa Natura e apoio técnico do Idesam, o projeto gerou um sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais para os produtores cooperados, dentro da lógica do desmatamento evitado nas propriedades rurais. (iii) Projeto Inovação Florestal: Liderado pelo FUNBIO em parceria com a ENGIE, o projeto busca ampliar e perpetuar as iniciativas de recuperação ambiental e de geração de renda sustentável impulsionados pela hidroelétrica de Jirau. Entre outras atividades, o projeto se baseia nas capacidades e resultados da COOPROJIRAU que conta com 174 membros engajadas na produção de mudas nativas, na recuperação de áreas degradadas, e na promoção de cadeias produtivas: <ul style="list-style-type: none"> a. Entre 2012 e 2016 houve produção de 600.000 mudas e recuperação de 600 há b. Serviços de monitoramento e combate a incêndios florestais. c. Organização de cursos e iniciativas nas áreas da agricultura sustentável e parceria com a EMBRAPA d. Desenvolvimento de SAF com 32 famílias e. Instituição de uma agroindústria para o beneficiamento de açaí. 		

1.2.3 FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

A estratégia jurisdicional é apoiada por algum plano de investimento/implementação claro e detalhado?	() SIM	(X) NÃO
Em caso afirmativo, qual é o alcance do plano de investimento? (por exemplo, alcance geográfico, alcance setorial) Por favor, descreva.		
<p>Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado. Entretanto o governo do estado de Rondônia espera desenvolver um plano de investimento com mobilização de capital em diferentes esferas e criação de incentivos para os diversos atores participantes do desenvolvimento da Estratégia Jurisdicional de REDD+.</p> <p>Entretendo ressalta-se o comprometimento do Estado em utilizar recursos e infraestruturas existentes e futuras para a mobilização e implementação dessa Estratégia Jurisdicional de REDD+.</p>		
Você identificou os vários fluxos financeiros existentes que podem ser relevantes para a implementação da estratégia / plano REDD + e maneiras de envolvê-los (pelo menos, fluxos financeiros públicos, domésticos e internacionais e potencialmente privados)? Quanto do orçamento é financiado e por quem?		
<p>Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado. Algumas potenciais fontes foram identificadas. Outros fluxos financeiros já existentes que são utilizados para financiar/implementar iniciativas descoordenadas, são esperados que sejam incluídos em um plano que traga maior eficiência e sinergia entre tais iniciativas.</p>		
Existem oportunidades para alinhar o financiamento existente aos objetivos jurisdicionais de REDD +?	(X) SIM	() NÃO
Em caso afirmativo, por favor, descreva.		
<p>Sim. O Green Climate Fund (GCF/UNFCCC) tem um programa para financiar REDD+ em escala jurisdicional ou nacional. O governo brasileiro está preparado para participar dessa iniciativa. O estado de Rondônia pretende harmonizar seus sistemas de REDD+ com o do governo federal para poder capitalizar nessa iniciativa.</p> <p>Complementarmente, mecanismos de mercado internacionais e nacionais poderão ser considerados pelo Sistema de REDD+ de Rondônia, como o esquema de compensação de emissões da aviação civil internacional (CORSIA), acordos subnacionais (ex. Governo Califórnia) além de mecanismos voltados a “pagamentos por resultados de REDD”, como o Programa REM/KfW. A nível nacional se destaca a discussão sobre o desenvolvimento de mecanismos de mercado de carbono no âmbito do PMR onde diversas partes interessadas promovem a criação de demanda por serviços de redução de emissão no âmbito de iniciativas de REDD+ domésticos.</p> <p>Localmente, uma das iniciativas esperadas para ser incluída no Plano Estratégico é o desenvolvimento de um ICMS verde como forma de promover que municípios também se engajem e que recebam parte dos repasses estaduais com base em indicadores e resultados ambientais. Porém essa iniciativa será desenvolvida em um futuro próximo, podendo fazer parte de uma eventual proposta para a Janela B.</p>		

1.2.4 APRENDIZADO

O que foi alcançado como resultado da estratégia jurisdicional existente e isso levou ao resultado esperado?
Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.
O que é necessário para alcançar o impacto desejado?
Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.
Houve algum resultado inesperado?
Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.
Quais foram os resultados/conclusões da estratégia jurisdicional existente?
O estado de Rondônia não possui uma estratégia ou política jurisdicional para REDD+ formalizada.

Porém as iniciativas independentes implementadas nos últimos anos geraram resultados importantes além de diversas lições aprendidas sobre estratégias para redução do desmatamento no Estado, atrelado a uma lógica de desenvolvimento socioeconômico local.

Dentre as lições aprendidas estão a necessidade de maior engajamento de populações tradicionais no combate ao desmatamento no Estado, o fortalecimento dos sistemas governamentais de comando e controle, propostas de detecção de desmatamentos em curtos intervalos de tempo (permitindo uma ação imediata em regiões específicas), além de identificar cadeias de valor de grande potencial no Estado, como o manejo florestal sustentável, o café agroflorestal, a intensificação da produção pecuária, além de toda a gama de produtos extrativistas e oriundos da agricultura familiar.

Há lições aprendidas com a implementação dos planos existentes?

Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.

Houve algum desafio no desenvolvimento ou implementação da estratégia?

Informação ainda não disponível, uma vez que o Plano Estratégico não se encontra formalizado.

1.2.5 CAPACIDADE DO PARCEIRO

A organização parceira possui uma forte presença na jurisdição? () SIM (X) NÃO

Descreva brevemente quaisquer iniciativas anteriores relacionadas com REDD + / LED lideradas pela organização parceira.

Para essa Proposta a BVRio espera trabalhar com diversos colaboradores, incluindo entidades locais em outras entidades com experiências complementares a da BVRio. O IDESAM, um parceiro estratégico, e outros possíveis colaboradores são apresentados na seção 1.7.2 dessa proposta.

A BVRio tem ampla experiência no fomento e desenvolvimento de novos mercados ambientais. Dentre as experiências as de maior proximidade de REDD+/LED, destacam-se:

- A) BVRio é parte de um consórcio de organizações, trabalhando no seguinte projeto financiado pela NORAD: "Observatório do Código Florestal – Fortalecendo o papel da sociedade civil na redução do desmatamento e na restauração de terras degradadas (2016-2020)".

Os principais objetivos do projeto são:

- Ajudar a sociedade civil e seus principais representantes a monitorar e contribuir para a implementação do Código Florestal;
 - Apoiar governos federal e estaduais a prover acesso amplo às informações referentes a implementação do Código Florestal
 - Apoiar empresas no setor agrícola ou com suas cadeias produtivas expostas a esse setor a implementarem o Código Florestal internamente e utilizar o pleno cumprimento do Código Florestal como critérios para o fornecimento de financiamentos ou escolha de fornecedores;
 - Garantir a implementação de incentivos econômicos e financeiros que ajudem a plena implementação do Código Florestal.
- B) A BVRio também faz parte da Aliança REDD+ Brasil. Tal aliança é formada por:
- BVRio; Biofílica Investimentos Ambientais; Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam); Environmental Defense Fund (EDF); e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Aliança REDD+ Brasil tem como principal objetivo promover o REDD+ como ferramenta de combate ao desmatamento e gerar recursos financeiros para ajudar governos, produtores rurais e comunidades tradicionais e indígenas. Em maio de 2017 a Aliança REDD+ Brasil publicou o relatório "*Integrated REDD+ Markets*" (<http://wp.bvrio.org/wp-content/uploads/2017/05/REDD-Brazil-Aliance-Integrated-REDD-proposal.pdf>). O relatório propõe soluções separadas, porém complementares, baseadas em mercados de carbono, como solução para facilitar a inclusão de REDD+ como um dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris. O relatório sugere um modelo financeiro que ajude a proteção florestal, o aumento e melhoria da produção agrícola e os esforços de descarbonização da economia de forma integrada, tanto na esfera internacional como na doméstica e jurisdicional.

Além disso, a BVRio foi responsável pela criação de uma série de plataformas e instrumentos financeiros para a promoção de mercados ambientais e desenvolvimento de ativos ambientais. Entre os principais destaques estão:

- Sistemas de promoção ao Cadastro Ambiental Rural;
- Ambiente de negócios de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) de agentes privados e unidades de conservação;
- Créditos de logística reversa para diversos produtos inclusos na Política Nacional de Gestão de Resíduos;
- Sistema de simulação de mercado de carbono (Plataforma Empresas pelo Clima);
- Plataforma de comercialização de Contribuições voluntárias para o Clima (incluindo créditos de carbono de projetos de REDD+);
- Bolsa de Madeira (Plataforma de comercialização de produtos madeireiros, incluindo uma ferramenta de análise de risco da legalidade do produto ofertado).

Como reconhecimento de sua liderança na área de mudanças climáticas, a BVRio foi reconhecida como “Climate Leader” pela R20—Regions for Climate Action Initiative, e recebeu prêmios como o Katerva Awards (Economics) em 2013.

Finalmente, a BVRio e seus fundadores (Pedro Moura Costa e Mauricio de Moura Costa) estão envolvidos com o setor florestal e de mudanças climáticas desde o início dos anos 1990, tendo participado na criação das primeiras transações de carbono e mecanismos internacionais como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Pedro Moura Costa foi um dos autores dos relatórios do IPCC. O IPCC e seus autores foram os nomeados do Prêmio Nobel da Paz em 2007.

Existe alguma proposta regional?	() SIM	(X) NÃO
----------------------------------	---------	---------

Em caso afirmativo, por favor, descreva o motivo pelo qual uma abordagem regional é necessária

Não Aplicável

O parceiro tem a capacidade de gerenciar efetivamente um projeto desta escala?	(X) SIM	() NÃO
--	---------	---------

Por favor, descreva.

BVRio possui grande experiência no gerenciamento de fundos e projetos em escala semelhante ao atual projeto (cerca de US\$400,000). Segue abaixo alguns dos principais casos que demonstram tal experiência:

- BVRio foi criada em 2011 e rapidamente assegurou uma doação com duração de 1 ano (2012 – 2013) de mais de US\$304,000 do *UK Prosperity Fund*, para financiar a criação da *BVRio’s Environmental Exchange* (uma plataforma eletrônica para a negociação de ativos ambientais).
- A consolidação e expansão da plataforma foi financiada por outras doações: *Climate and Land Use Alliance* (2012 – 2014, US\$358,610); e *Gordon and Betty Moore Foundation* (2013 – 2014, US\$600,000).
- BVRio já recebeu, gerenciou, aplicou e reportou com sucesso diversos fundos e doações, com alguns casos de recorrência com o mesmo financiador. Por exemplo, a *Good Energies Foundation* financiou atividades relacionadas à implementação de uma plataforma de negociação de madeira responsável (*BVRio’s Responsible Timber Exchange*) por duas vezes (US\$586,762 em 2016 e US\$487,432 em 2018). Esses fundos foram para atividades como a promoção de produtos madeireiros legais e certificados de países como Peru, Congo, Indonésia e Malásia nos mercados locais e internacionais.
- Em um dos casos de maior escala, a BVRio obteve cerca de US\$1,150,000 (2015 – 2018) do governo do Reino Unido (*UK government Department for International Development’s -DFID*), em um programa internacional de governança em florestas, clima e mercados, para a expansão da *BVRio’s Responsible Timber Exchange* em novos mercados produtores (oeste africano) e novos mercados consumidores (Europa e China).

O parceiro está trabalhando com outras jurisdições em propostas separadas?	() SIM	(X) NÃO
--	---------	---------

Em caso afirmativo, o parceiro teria capacidade de trabalhar com múltiplas jurisdições?

Por favor, descreva.

Não aplicável.

1.3 OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS

Com base na Auto Avaliação feita anteriormente, fica claro que o Estado de Rondônia já desenvolveu diversas atividades que podem contribuir para a redução do desmatamento e recuperação da cobertura florestal. Entretanto a falta de um planejamento estratégico dificulta a maximização de sinergias e o combate às causas do desmatamento. Como resultado, foi necessário apenas um novo aumento nos preços de commodities como carne e soja para uma retomada das taxas de desmatamento no estado, a partir de 2015.

Rondônia levará em consideração as seguintes oportunidades na formulação de sua Estratégia Jurisdicional:

- Rondônia faz fronteira com Acre, Amazonas e Mato Grosso, estados bem avançados em REDD+, com estratégias jurisdicionais e diversos programas de sucesso já implementados
- Rondônia é o estado do Brasil com maior número de projetos de REDD+ registrados junto ao VCS
- O estado recentemente recebeu grandes empreendimentos de infraestrutura e existe a oportunidade de transformá-los em vetores de desenvolvimento de uma nova matriz econômica no Estado;

Um dos principais problemas enfrentados pelo estado de Rondônia é o fato de tanto os agentes públicos (certas partes do governo estadual e alguns municípios) como atores privados enxergarem as florestas como um passivo ou um problema, e não uma oportunidade. Florestas preservadas são importantíssimas para sociedade, geram inúmeros benefícios comuns, porém muitas vezes não são geradores de renda, emprego, para população ou impostos para o poder público local.

Um dos principais pontos a ser desenvolvido por esta proposta será exatamente a difusão de conhecimento e a sensibilização e orientação sobre os temas e elementos necessários para que agentes públicos (estaduais e municipais), sociedade civil, iniciativa privada e comunidades tradicionais e indígenas percebam a proteção das florestas nativas como oportunidades para o desenvolvimento de atividades produtivas, capaz de gerar trabalho, renda, negócios e impostos.

A implementação de um mecanismo como REDD+, respaldado por programas internacionais de pagamentos por serviços ambientais, onde o Estado venha a receber recursos financeiros relacionados a redução de desmatamento, vão ajudar o Governo do Estado e suas secretarias a enxergarem a floresta conservada como um ativo e gerador de receita para a região. Outras potenciais iniciativas como o ICMS Verde, onde uma parte dos repasses deste imposto aos municípios é calculada considerando a cobertura florestal remanescente e a existência de unidades de conservação – tem o potencial de ampliar a arrecadação de alguns municípios em milhões de reais por ano. Este mecanismo tem a função de evidenciar o valor das florestas em pé, compensando os municípios que as abrigam pelo conjunto dos serviços ecossistêmicos que as mesmas geram, os quais beneficiam não apenas aquele município, mas a região e o estado como um todo.

Outro exemplo, desta vez focado em agentes privados, que pode ajudar a população a valorizar a floresta em pé é a criação de canais de venda e a facilitação do acesso ao mercado nacional e internacional para os produtos comunitários. Esta iniciativa pode ajudar comunidades jovens empreendedores, mulheres empreendedoras a melhorar suas vendas e ter o componente sustentável de seus produtos reconhecido pelo mercado. Fundos de investimento de impacto e um foco em negócios comunitários podem ajudar a incrementar e melhorar atividades produtivas que adotem práticas sustentáveis, desenvolver infraestrutura verde e servir como catalizador para novos investimentos.

O tema de REDD+/LEDS é liderado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), com participação e engajamento de outros setores do estado como: Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI), Secretaria Estadual de Finanças (SEFIN), Secretaria de Educação (SEDUC), Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RO) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). Há uma compreensão por parte do governo do estado da necessidade de se adotar uma atuação integrada com os diversos departamentos do governo estadual. Além disso, reconhece-se a necessidade de envolvimento dos governos municipais para a plena implementação da estratégia a ser desenvolvida.

A seguir, de forma resumida, descrevem-se os principais aspectos onde a teoria de mudança é aplicada.

1) Florestas como ativo, não passivo

Problema: Estado quer criar atividades produtivas, com arrecadação e emprego para população. O estado faz parte da Amazônia Legal e isso demanda que pelo 80% da área total dos imóveis rurais seja mantida com cobertura florestal. Entretanto, nem o estado nem a sociedade local enxergam a floresta conservada como uma oportunidade e uma fonte de geração de capital e renda.

Solução: Criar incentivos e infraestrutura para estado, municípios e iniciativa privada desenvolverem atividades produtivas que ajudem a preservar a paisagem (ex: manejo florestal, extrativismo sustentável, etc).

Mecanismos: Criação de mecanismos geradores de receita para o poder público, como REDD+, ICMS verde e desenvolvimento de infraestrutura e regulamentação que promovam o capital privado e a sociedade local.

2) REDD+, mudanças climáticas e atividades florestais sustentáveis

Problema: Embora haja marco regulatório, os agentes públicos não possuem as informações, o conhecimento e o treinamento adequados para fomentar e monitorar a implementação das leis e normas que favorecem a proteção dos remanescentes florestais. Do mesmo modo, há lacunas de informação e conhecimento no setor privado que desestimulam os investimentos em atividades sustentáveis. No âmbito da sociedade civil local, é fraca a capacidade de proposição e acompanhamento das políticas públicas favoráveis à sustentabilidade.

Solução: Implementar um programa contínuo de treinamento e difusão de informações, voltado especificamente para agentes públicos e lideranças da sociedade civil; implementar e orientar estes atores para o uso de um sistema de monitoramento e relatoria de ações, políticas e projetos relacionados à proteção das florestas nativas no estado.

Mecanismos: Relatórios semestrais sobre a situação de desmatamento no estado e programas de capacitação contínua na região sobre mudanças climáticas e florestas

Nesse sentido, o objetivo geral desta proposta é implementar ações e instrumentos estruturantes, com vistas à redução do desmatamento e valorização da cobertura florestal do estado de Rondônia. As principais estratégias e atividades a serem desenvolvidas para atingir este objetivo são:

Estratégia 1: Implementação de marco regulatório e instrumentos estruturantes para REDD+ no Estado de Rondônia

O estado de Rondônia ainda não possui uma Estratégia Jurisdicional de REDD+/LED e nem um Plano de Ação onde se tenta maximizar sinergias das ações empregadas, minimizar riscos e consequentemente ter maior eficiência e efetividade em suas atividades. Nesse sentido, a primeira linha estratégica de atuação refere-se à preparação desse plano estratégico e à preparação das fundações para o desenvolvimento orquestrado de atividades:

- 1) Implementação do Marco Regulatório Estadual**
 - **PRODUTO:** Aprovação e Regulamentação da Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais
- 2) Elaboração da Estratégia de REDD+/LEDS**
 - **PRODUTO:** Estratégia Jurisdicional de REDD+/LED (incluindo sistemas de MRV, linha de base para desmatamento e modelo de distribuição de benefícios)
- 3) Preparação do Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS**
 - **PRODUTO:** Plano de ação e plano financeiro para os o período 2018-2020
- 4) Desenvolvimento do sistema de monitoramento de paisagens estratégicas**
 - **PRODUTO:** Metodologia para monitoramento da cobertura florestal em paisagens estratégicas, incluindo Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado e boletins periódicos de desmatamento e queimadas, em especial em áreas protegidas.

Estratégia 2: Fomento ao setor privado

Com base em propostas anteriores para o GCF, consultas com parceiros e agentes públicos, identificou-se uma lista inicial de atividades que podem ser executadas junto à iniciativa privada. Esses componentes serão incluídos nessa proposta para o início do seu desenvolvimento, entretanto essa não deverá ser uma lista extensiva.

- 5) Criação de incentivos para produção florestal sustentável**
 - **PRODUTO:** Treinamento, fomento de manejo florestal e plataforma de comercialização (expansão da Plataforma BVRio)
- 6) Plataforma de Ativos Ambientais de Rondônia**
 - **PRODUTO:** Plataforma online personalizada para o Estado de Rondônia, consolidando os principais produtos e ativos ambientais do Estado, como: créditos REDD+ de projetos e programas locais, madeira certificada, café agroflorestal, etc

Estratégia 3: Engajamento e mobilização de agentes da sociedade civil para a agenda do REDD+

Alguns elementos que poderiam dar maior representatividade e maior voz para a sociedade local já foram desenvolvidos, porém nunca implementados. O Fórum Estadual de Mudanças Climáticas (FEMC) é o melhor exemplo. Assim, as atividades implementadas para maior mobilização e participação da sociedade local serão:

- 7) Fortalecimento do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas de Rondônia (FEMC)**
 - **PRODUTO:** Fórum Estadual de Mudanças Climáticas implementado e se reunindo na periodicidade acordada. Criação de grupos de trabalho específicos sobre gênero e de lideranças tradicionais locais.
- 8) Fortalecimento e qualificação das organizações da sociedade civil**
 - **PRODUTO:** Oficinas, cursos e outras atividades que visem ampliar o conhecimento e contribuir com a qualificação das organizações da sociedade civil do estado para atuar na temática de florestas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Atividades inclusivas para jovens e mulheres, como multiplicadores de conhecimento.

O desenvolvimento e implementação de todas essas atividades devem ser feitos de forma democrática e inclusiva. Diversos segmentos da sociedade, como povos indígenas, populações tradicionais, mulheres e jovens serão sempre partes integrantes do processo e alvos no desenvolvimento desses processos transformacionais. Os devidos cuidados logísticos, de linguagem/comunicação e abordagem/dinâmicas serão tomados na implementação das atividades. Em função do descrito acima, muitos dos objetivos dessa proposta incluirão de forma explícita indicadores relacionados e esses segmentos da sociedade.

1.4 OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

1.4.1 RESULTADOS ESPERADOS DE NÍVEL SUPERIOR

Os resultados esperados de nível superior são relacionados a alguns dos objetivos e contribuições definidos pela Declaração de Rio Branco. Os 2 principais resultados são apresentados abaixo.

Resultados Esperados da Declaração de Rio Branco	Indicadores de Saídas	Fontes de Dados	Linha de Base		Objetivos	Conjuntos de Dados, Métodos e Riscos	Principais Pressupostos
			Valor	Ano			
ESTRATÉGIA 1: Redução no desmatamento em 80% até 2020, com financiamentos e pagamentos internacionais baseados em performance.	Km ² /ano de área desmatada.	Prodes (INPE) ou SiSREDD+ de Rondônia	1640km ² /ano ³	2004-2014 (média dos 10 anos antes da Declaração de Rio Branco).	Acabar com desmatamento ilegal até 2020. Recebimento pelo menos 1 pagamento internacional pela redução de desmatamento no Estado.	- Eleições estaduais e nacionais em 2018 – atrasos no desenvolvimento das políticas e programas estruturantes - Aumento no desmatamento no Estado por mudanças em marcos federais (Código Florestal, etc)	Resultados atingidos integrados ao sistema nacional de MRV (eliminando qualquer possibilidade de dupla-contabilidade).
ESTRATÉGIA 2: Promoção e desenvolvimento de produtos agrícolas e florestais sustentáveis (ambientalmente e socialmente) e sua comercialização.	Toneladas/Volume de produtos Valor total (em R\$) dos produtos	Plataforma BVRio	0	2017	Oferta de ao menos 1000 toneladas Ou Oferta de ao menos R\$ 1 milhão no ano de 2019	- Atraso no desenvolvimento da Plataforma - Não engajamento de empreendedores locais	- Valorização da floresta em pé leva à redução do desmatamento

A Estratégia 3 é transversal as duas estratégias anteriores, sendo um elemento importante para o sucesso na redução do desmatamento e na promoção e desenvolvimento de atividades florestais e agrícolas sustentáveis.

³ Fonte: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2015n.htm

1.4.2 RESULTADOS ESPERADOS DAS ATIVIDADES

Resultados Esperados (numeração alinhada com "resultados esperados" na tabela da seção 1.5)	Indicadores de Saídas	Fontes de Dados	Linha de Base		Objetivos	Conjuntos de Dados, Métodos e Riscos	Principais Pressupostos
			Valor	Ano			
1) Implementação do Marco Regulatório Estadual							
1.0 - Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais aprovada pelo Estado	Status do Projeto de Lei	SEDAM, Governo Estadual de Rondônia	Não apresentado para Assembleia Legislativa	2017	Apresentação e aprovação do Projeto de Lei	- Não aprovação do Projeto de Lei - Eleições estaduais em 2018	Marco regulatório dá segurança jurídica aos investidores e beneficiários
2) Elaboração da Estratégia de REDD+/LEDS							
2.0 - Plano Estratégico Jurisdicional para REDD+ desenvolvido e formalizado.	Plano Estratégico Jurisdicional para REDD+	SEDAM	Não desenvolvido ou formalizado	2017	Preparação e Aprovação do Plano	Eleições estaduais em 2018 – atrasos no desenvolvimento	Definir procedimentos e elementos-chave para o Sistema de REDD+
3) Preparação do Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS							
3.0 - Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS	Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS para o período 2018-2020, considerando sustentabilidade financeira pós-2020	SEDAM	Não desenvolvido ou formalizado	2017	Preparação e Aprovação do Plano	Eleições estaduais em 2018 – atrasos no desenvolvimento	-Buscar a sustentabilidade financeira para estratégia de REDD+ do Estado
4) Desenvolvimento do sistema de monitoramento de paisagens estratégicas							
4.0 - Metodologia para monitoramento da cobertura florestal em paisagens estratégicas	Metodologia de monitoramento desenhada e consensuada	SEDAM e SisREDD+ Rondônia	Não desenvolvido ou formalizado	2017	- Preparação do Documento - Produzir ao menos 1 Boletim Periódico sobre cobertura florestal no estado e em áreas estratégicas		Metodologia baseada em fontes oficiais e gratuitas
5) Criação de incentivos para produção florestal sustentável							
5.0 - Aumento do retorno esperado de investimentos florestais e aumento de renda para produtores de produtos florestais.	Incremento da TIR em projetos de referência	Estudo a ser realizado na Janela A do GCF	0%	2017	Demonstração de incremento na TIR de projetos de referencia	- Dificuldades metodológicas	-Valorização da floresta em pé leva à redução do desmatamento

5.1 - Oferta de produtos sustentáveis na plataforma de comercialização	Toneladas/Volume de produtos Valor total (em R\$) dos produtos	Plataforma BVRio	0	2017	- Oferta de ao menos 1000 toneladas - Ou Oferta de ao menos R\$ 1 milhão no ano de 2019 - É esperado que ao menos 20% desse volume mínimo de ofertas venha de iniciativas desenvolvidas por comunidades indígenas, ou mulheres	- Atraso no desenvolvimento da Plataforma - Não engajamento de empreendedores locais	- Valorização da floresta em pé leva à redução do desmatamento
6) Plataforma de Ativos Ambientais de Rondônia							
6.0 - Cadastro dos projetos de REDD+ já existentes no estado	Número de projetos de Redução de Emissão esperado por ano	VCS	3	2017	Ter todos os projetos de VCS cadastrados na plataforma	- Atraso no desenvolvimento da Plataforma - Não engajamento de empreendedores locais	- Valorização da floresta em pé leva à redução do desmatamento
7) Fortalecimento do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas de Rondônia (FEMC)							
7.0 - Fórum Estadual de Mudanças Climáticas como um ator ativo em Rondônia	Implementação e operacionalização do FEMC	FEMC e SEDAM	FEMC criado porém inativo	2017	- FEMC constituído e em operação - Desenvolvimento de pelo menos 3 reuniões periódicas- Liderança composta por ao menos 40% mulheres	-	-Engajamento das populações locais é chave para sucesso e sustentabilidade do projeto
8) Fortalecimento e qualificação das organizações da sociedade civil							
8.0 – Fortalecimento de capacidades de membros de organizações da sociedade civil	Pessoas da sociedade civil beneficiadas	Registros dos Treinamentos	0	2017	De 75 a 100 Ao menos 40% mulheres Ao menos 20% com menos de 35 anos	- Baixo atendimento - Não continuidade nos programas	- Engajamento das populações locais é chave para sucesso e sustentabilidade do projeto

1.5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Estratégia	Atividade	Ações	Produtos	Cronograma	Resultados Esperados	
1	Implementação de marco regulatório e instrumentos estruturantes para REDD+	1) Implementação do Marco Regulatório Estadual (Aprovação e Regulamentação da Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais)	Revisão do projeto de lei existente Promoção do Projeto de lei junto ao governador/assembleia legislativa	Lei e/ou decretos devidamente preparados Uma Reunião/workshop com membros da Assembleia legislativa	Janela A, Fase Estratégica	1.0- Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais aprovada pelo Estado
2	Implementação de marco regulatório e instrumentos estruturantes para REDD+	2) Elaboração da Estratégia de REDD+/LEDS	Desenvolvimento de uma análise técnica e legal dos programas, projetos, políticas e regulamentações climáticas no estado. Preparação de uma versão inicial do Plano Estratégico Jurisdicional REDD+/LEDS Conduzir consultas públicas regionais e setoriais no estado para apresentação da proposta de Plano Estratégico Jurisdicional REDD+/LEDS Preparação da versão Final do Plano Estratégico Jurisdicional REDD+/LEDS Desenvolvimento de um Plano de Comunicação, incluindo o material de comunicação, para divulgação dos resultados do Plano Estratégico Jurisdicional REDD+/LEDS	Estudo de base para a preparação de um Plano Estratégico REDD+ Versão inicial - Plano Estratégico Jurisdicional para REDD+ (visão de 5 a 10 anos) Conduzir 10 reuniões, sendo pelo menos 3 no interior do estado com comunidades tradicionais e indígenas. Versão Final - Plano Estratégico Jurisdicional para REDD+ (visão de 5 a 10 anos) Plano de Comunicação e material de comunicação (flyers, resumos, press releases, etc)	Janela A, Fase Estratégica	2.0- Plano Estratégico Jurisdicional para REDD+ desenvolvido e formalizado.

Estratégia	Atividade	Ações	Produtos	Cronograma	Resultados Esperados
3	Implementação de marco regulatório e instrumentos estruturantes para REDD+	3) Preparação do Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS	Preparação de uma versão inicial do Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS Conduzir consultas públicas regionais e setoriais no estado para apresentação da proposta do Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS Preparação da versão Final do Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS Desenvolvimento de um Plano de Comunicação, incluindo o material de comunicação, para divulgação dos resultados do Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS	Versão inicial - Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS (visão de 1 a 3 anos) Conduzir 5 reuniões, sendo pelo menos 2 no interior do estado com participação de comunidades tradicionais e indígenas. Versão Final - Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS Plano de Comunicação e material de comunicação (flyers, resumos, press-releases, etc)	Janela A, Fase de Planejamento 3.0- Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS para o período 2018-2020
4	Implementação de marco regulatório e instrumentos estruturantes para REDD+	4) Desenvolvimento do sistema de monitoramento de paisagens estratégicas	Desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento, em especial de áreas protegidas Desenvolvimento de um modelo de Relatório de Cobertura Florestal Periódico/ publicação de dados e resultados Desenvolvimento do Primeiro Relatório de Cobertura Florestal Periódico Preparação de Relatórios de Cobertura Florestal Periódicos	Metodologia de Monitoramento (incluindo identificação da fonte de dados, método de tratamento dos dados e formato de saída dos dados) Modelo de Relatório de Cobertura Florestal Periódico (incluindo dados e resultados a serem publicados) Primeiro Relatório de Cobertura Florestal Periódico (Estudo de linha de base para o Estado) 1 a 2 relatórios (periodicidade esperada: trimestral)	Janela A, Fase de Planejamento 4.0- Metodologia de Monitoramento da Paisagem

Estratégia	Atividade	Ações	Produtos	Cronograma	Resultados Esperados	
5	Fomento ao setor privado	5) Criação de incentivos para produção florestal sustentável	<p>Desenvolvimento de um estudo apresentando desafios e lições aprendidas com atividades de manejo florestal no Estado.</p> <p>Desenvolvimento de um estudo identificando gargalos para o aumento de atividade florestal sustentável em Rondônia e fontes de capital para manejo florestal, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.</p> <p>Desenvolvimento de um Plano de Comunicação, incluindo o material de comunicação, para divulgação dos resultados do estudo e da Plataforma de comercialização de produtos</p>	<p>Estudo sobre estado do Manejo Florestal no estado e oportunidades para investimentos florestais em Rondônia</p> <p>Plano de Comunicação e material de comunicação (flyers, resumos, press releases, etc. e material sobre as oportunidades de investimento florestal.</p>	<p>Janela A, Fase de Planejamento e</p> <p>Janela A, Fase Operacional</p>	<p>5.0- Aumento do retorno esperado de investimentos florestais e aumento de renda para produtores de produtos florestais.</p> <p>5.1- Oferta de produtos sustentáveis na Plataforma de comercialização</p>
6	Fomento ao setor privado	6) Plataforma de Ativos Ambientais de Rondônia (<u>Plataforma online personalizada para o Estado de Rondônia, consolidando os principais produtos e ativos ambientais do Estado, como: créditos REDD+ de projetos e programas locais, madeira certificada, café agroflorestal, etc</u>)	<p>Determinação e regulamentação das regras “nesting” para que projetos independentes/voluntários de REDD+ entrem no sistema estadual de REDD+</p> <p>Desenvolvimento de uma plataforma na internet para cadastrar e promover projetos de impacto na paisagem (incluindo REDD+)</p> <p>Desenvolvimento de uma plataforma na internet para catalisar a comercialização de produtos</p>	<p>Decreto e/ou regulamentação da SEDAM para a integração de projetos independentes/voluntários de REDD+ entrem no sistema estadual de REDD+</p> <p>Desenvolvimento de um portal/plataforma na internet para cadastrar e promover projetos</p> <p>Expansão da Plataforma BVRio para os principais produtos de Rondônia.</p>	<p>Janela A, Fase Operacional</p>	<p>6.0- Cadastro dos projetos de REDD+ já existentes no estado</p>

Estratégia	Atividade	Ações	Produtos	Cronograma	Resultados Esperados	
		<p>florestais madeireiros e não-madeireiros sustentáveis</p> <p>Desenvolvimento de um Plano de Comunicação, incluindo o material de comunicação, para divulgação dos resultados do estudo e da Plataforma de comercialização de produtos</p>	<p>Plano de Comunicação e material de comunicação (flyers, resumos, press releases, etc. e material sobre as oportunidades de investimento florestal.</p>			
7	Engajamento e mobilização de agentes públicos e sociedade civil	7) Fortalecimento do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas de Rondônia (FEMC)	<p>Contratação de secretário(a) executivo para a reativação e coordenação das atividades do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas (FEMC)</p> <p>Formação de um comitê técnico-científico para apoiar as atividades do FEMC</p> <p>Retomada das reuniões periódicas do FEMC com representantes dos diversos atores sociais do Estado</p> <p>Identificação de novas fontes de financiamento para as operações continuadas do FEMC</p>	<p>Reestabelecimento e operação do FEMC</p> <p>Reuniões periódicas do FEMC</p> <p>Propostas e capital para operações continuadas do FEMC</p>	<p>Janela A, Fase Estratégica e Fase de Planejamento</p>	<p>7.0- Fórum Estadual de Mudanças Climáticas como um ator ativo no desenvolvimento de políticas e programas em Rondônia</p>
8	Engajamento e mobilização de agentes públicos e sociedade civil	8) Fortalecimento e qualificação das organizações da sociedade civil	<p>Fortalecimento de capacidades de agentes da sociedade civil, incluindo comunidades tradicionais e indígenas para os temas de mudanças climáticas, REDD+</p>	<p>Desenvolvimento de 2 a 3 workshops/treinamentos para agentes da sociedade civil. Ao menos 40% dos participantes mulheres. Ao menos 20% dos participantes com menos de 35 anos.</p>	<p>Janela A, Fase Estratégica e Fase de Planejamento</p>	<p>8.0- Fortalecimento de capacidades de membros de organizações da sociedade civil (Capacitação de 75 a 100 pessoas da sociedade civil)</p>

1.6 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO E PRAZO

Atividades Planejadas	Responsável (governo ou BVRio ou Ambos)	Agenda de Implementação					
		Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6
1-Implementação do Marco Regulatório Estadual	Governo						
2-Elaboração da Estratégia de REDD+/LEDS	Ambos, com participação do parceiro estratégico e parceiros regionais						
3-Preparação do Plano Ação e Financeiro Jurisdicional de REDD+/LEDS	Ambos, com participação do parceiro estratégico						
4-Desenvolvimento do sistema de monitoramento de paisagens estratégicas	BVRio, com participação do parceiro estratégico e parceiros regionais						
5-Criação de incentivos para produção florestal sustentável	BVRio						
6-Plataforma de Ativos Ambientais de Rondônia	BVRio						
7-Fortalecimento do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas de Rondônia (FEMC)	BVRio, com participação do parceiro estratégico e parceiros regionais						
8-Fortalecimento e qualificação das organizações da sociedade civil	BVRio, com participação de parceiros regionais						

1.7 TEMAS TRANSVERSAIS

1.7.1 INTERAÇÃO COM UM QUADRO POLÍTICO MAIS AMPLO

A Proposta atual é baseada em pontos importantes do Plano Estratégico do Governo do Estado de Rondônia, onde identifica-se a visão estratégica do Estado, e as oportunidades existentes. O Governo tem como grande visão “Ser Referência em gestão por resultados, sustentabilidade e cidadania plena”. Uma de suas linhas centrais é o desenvolvimento de uma cadeia produtiva sustentável e investimentos em Inovação, ciência e tecnologia nessa área.

Além de levar em consideração esses elementos estratégicos locais, a Proposta atual também tem o objetivo de se alinhar com a NDC brasileira e à Estratégia Nacional de REDD+. Como mencionado anteriormente, o Brasil já se encontra cadastrado dentro da plataforma REDD+ da UNFCCC. Há a expectativa de que o país seja um dos participantes do processo junto ao Fundo Verde para o Clima (GCF/UNFCCC) para a obtenção de fundos para pagamentos por serviços ambientais relacionados a redução de emissão por desmatamento. O Estado de Rondônia quer estar pronto para esse processo.

Embora haja uma visão estadual de um desenvolvimento sustentável, há uma série de conflitos estratégicos e indicadores do estado de Rondônia, que podem dificultar uma maior ambição ou um maior sucesso na redução do desmatamento. Dentre os principais conflitos identificados são:

- Expectativa do setor/indústria agropecuária aumentar participação do PIB regional, o que pode acabar se traduzindo em desmatamento adicional caso não seja feito da maneira correta;
- Grande índice de violência em áreas rurais resultantes de conflitos com comunidades tradicionais e indígenas, o que dificulta a ordenação paisagística, e indica a existência de atividades ilegais e predatórias;

1.7.2 PARCERIAS

Tanto o Estado de Rondônia como a BVRio já possuem uma série de parcerias para diferentes atividades desenvolvidas. No intuito de implementar as atividades previamente descritas, e atingir os objetivos propostos por esse projeto, a BVRio espera contar com a colaboração de parceiros e colaboradores. Enquanto o parceiro estratégico terá um papel importante no desenvolvimento das atividades, recebendo recursos do projeto e tendo responsabilidades de implementação de certas atividades, colaboradores darão suporte na execução de tarefas e serão colaboradores importantes no desenvolvimento de diversas atividades.

A seguir uma breve descrição do IDESAM, parceiro estratégico para a implementação de diversas atividades, e uma breve descrição de colaboradores de diversos setores (governo, ONGs locais, empresas com forte atuação na região e ONGs nacionais).

PARCEIRO ESTRATÉGICO:

- (i) **IDESAM:** Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos sediada em Manaus, capital do estado do Amazonas. Com 10 anos de atuação, o Idesam desenvolve um trabalho integrado, compreendendo uma atuação de base, no contato com produtores rurais e comunidades tradicionais, até a formulação de políticas internacionais, atuando junto a organizações que trabalham com clima e desenvolvimento sustentável.

O IDESAM, como um dos parceiros estratégicos nessa proposta, vem desde a sua origem promovendo as agendas relacionadas as mudanças climáticas, redução do desmatamento, desenvolvimento de comunidades e REDD+ na Amazônia. Especificamente no Estado de Rondônia, o IDESAM é o coordenador técnico do Projeto de Carbono Florestal Suruí (iniciado em 2009), primeiro projeto de REDD+ indígena no mundo a atingir certificações internacionais e a vender créditos de carbono gerados pela redução do desmatamento dentro de seu território.

O IDESAM coordenou, entre 2012 e 2013, as consultas públicas regionais e setoriais, em parceria com a SEDAM, referentes a construção do Projeto de Lei para Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais de Rondônia. Posteriormente, em 2014, Rondônia se filiou a rede GCF-Brasil, coordenada pelo Idesam, e se tornou um membro fundamental para consolidação da agenda relacionada a clima e florestas no Brasil. O Idesam coordenou, em 2015, a construção da Política Municipal de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais de Porto Velho e o inventário municipal de emissão de Gases de Efeito Estufa. Porto Velho foi o primeiro município da Amazônia a regulamentar uma lei específica para mudanças climáticas e regulamentar ações relacionadas a gestão de seus ativos ambientais.

Entre 2014 a 2018, o Idesam vem desenvolvendo o papel de coordenador técnico do Projeto de Carbono RECA, localizado no Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho-RO, em parceria com a empresa Natura Cosméticos e a Cooperativa de Pequenos Agricultores RECA. Esta é a primeira iniciativa de PSA relacionada a conservação de florestas nativas no Estado de Rondônia, com grande potencial para replicação em outras regiões do Estado.

COLABORADORES LOCAIS

- (ii) **Kanindé:** Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sem fins lucrativos, fundada em 1992, por um grupo de pessoas que trabalhavam com o povo indígena Uru-eu-wau-wau e na defesa do meio ambiente, em Rondônia. Entre as principais atividades desenvolvidas, desde a sua criação, destacam-se as ações de vigilância e fiscalização da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau e do Parque Nacional de Pacaás Novos, a assessoria às organizações indígenas, laudo de impacto ambiental, diagnóstico etnoambiental participativo em terras indígenas, avaliação ecológica rápida, etnozoneamento, plano de gestão de terras indígenas, educação ambiental,

desenvolvimento de projetos de carbono, elaboração de projetos e acompanhamento de políticas públicas;

- (iii) RioTerra:** O Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA é uma OSCIP, criada em 1999, com o objetivo de contribuir para a formação de uma sociedade crítica, consciente de seu contexto socioeconômico e ambiental, capaz de propor um modelo de desenvolvimento para região amazônica que alie conservação e sustentabilidade à melhoria da qualidade de vida das populações locais. O RioTerra espera poder ajudar o projeto com sua vasta experiência em mobilização local, capacitação de pessoas, desenvolvimento de projetos sustentáveis e restauração florestal;
- (iv) Ecoporé:** A entidade é uma associação ambientalista sem fins lucrativos fundada em 1988 com o intuito de atuar contra a exploração predatória das florestas, combater o desmatamento ilegal e o processo de invasão das unidades de conservação, que à época se expandiam no estado de Rondônia. Sua missão é promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos.

COLABORADORES GOVERNAMENTAIS

- (i) Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental**
- (ii)** Secretaria de Agricultura que, concomitantemente e de forma complementar com a SEDAM, implementará a o Agricultura de Baixo Carbono (ABC) além do apoio para o programas chave no combate ao desmatamento no estado.
- (iii)** Secretaria da Fazenda será a instituição responsável por identificar e operacionalizar os incentivos financeiros que beneficiarão as propriedades que terão direito ao incentivo por serviços ambientais e credito de carbono.
- (iv)** EMATER: que terá a responsabilidade de atuar como extensão técnica dos projetos de recuperação ambiental.

OUTROS POTENCIAIS COLABORADORES

Ao longo da implementação do projeto, o Estado de Rondônia e a BVRio poderão contar com outros parceiros de interesse, como:

- **FUNBIO**, que poderia aportar conhecimento técnico na gestão de mecanismos financeiros bem como com recursos técnicos e financeiros de outros projetos de conservação em desenvolvimento no estado e que possui grande sinergia com essa proposta.
 - O projeto Inovação Florestal em curso tem como objetivo desenhar um mecanismo financeiro para o desenvolvimento socioeconômico de territórios no entorno de grandes empreendimentos com base em cadeias florestais sustentáveis. O estudo de caso considera o território no entorno da Hidrelétrica Jirau (município de Porto Velho). O projeto tem apoio do GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), Fundação Mava (Suíça) e FFEM da França (Fonds Français pour l'Environnement Mondial) e o valor total considerando as contrapartidas é de USD 400 mil.
 - Outros projetos em curso no FUNBIO que potencialmente poderiam apoiar com recursos financeiros ou técnicos - na forma de suporte para formação e articulação em redes, engajamento de stakeholders, capacitação em captação de recursos não-reembolsáveis para o plano jurisdicional REDD+ de Rondônia e outras atividades relacionadas a conservação de UCs - estão listados a seguir. Ressaltamos que estas possibilidades passam pela governança e critérios dos projetos e/ou decisões da instituição, a ser definido num momento futuro:
 - Probio II (Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade);

- Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia). Atualmente são apoiadas 14 UCs em RO e 117 no total da Amazônia;
- Sustentabilidade financeira UCs em RO (desenho de um fundo de compensação);
- Os valores totais dos projetos e programas citados podem ser encontrados no Relatório Anual do FUNBIO (2017) no seguinte endereço eletrônico: https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Funbio_Relat%C3%B3rio-Anual_2017_Portugu%C3%AAs.pdf
- O site da instituição também traz informações complementares a respeito dos projetos e programas citados: <https://www.funbio.org.br/programas-e-projetos/?t=1>
- **UNITAR**, com sua expertise em capacitação e treinamentos. Já colocaram a disposição seus treinamentos on-line sobre REDD+ e mudanças climáticas. Estão dispostos a contribuir com o desenvolvimento de conteúdo específico para o Estado e compartilhar experiências na capacitação de lideranças políticas;
- **Embrapa**, referência internacional em desenvolvimento agrícola. Possui programas de agroflorestas e recuperação de áreas degradadas desenhadas especificamente para o estado de Rondônia;
- **Kaete**, empresa com experiência no desenvolvimento de gestão de fundos de investimento de impacto e forte atuação na Região, incluindo forte atuação em estados vizinhos como Acre e Mato Grosso;
- **Engie/Fundação Engie**, entidades com forte presença no estado devido ao desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura. Engie apresenta uma série de atividades desenvolvidas no estado relacionadas a medidas compensatórias de grandes empreendimentos, investimentos socioambientais voluntários e um papel ativo no processo de transformação econômica do estado e um grande interesse na promoção de conservação florestal através da sua parceria com o Funbio.

Também poderão ser promovidas, conversas com outras instituições especializadas em estruturação e desenvolvimento de investimentos de impacto, estudos de imagens de satélite e desenvolvimento de projetos sustentáveis na região.

1.7.3 PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Essa proposta trata de um novo programa a ser desenvolvido pelo governo de Rondônia e BVRio. Grande parte das atividades propostas foram preparadas para uma chamada anterior do Fundo GCF, que acabou sendo cancelada devido a reorganizações internas. Em 2015 e 2016 essas propostas foram elaboradas com base em conversas e interações com diversos atores locais, e suas contribuições foram mantidas na versão presente do projeto. O engajamento local das partes interessadas compõe um dos eixos estratégicos da proposta.

O desenvolvimento e implementação de todas as atividades devem ser feitos de forma democrática e inclusiva. Diversos segmentos da sociedade, como povos indígenas, populações tradicionais, mulheres e jovens serão sempre partes integrantes do processo e alvos no desenvolvimento desses processos transformacionais. Em função do descrito acima, muitos dos objetivos dessa proposta incluirão de forma explícita indicadores relacionados e esses segmentos da sociedade.

Como parte dessa proposta há a mobilização e comunicação com diversas partes interessadas no tema, incluindo associações locais, comunidades locais, povos indígenas, pequenos proprietários de terra, investidores, etc. Informações, demandas e sugestões coletadas durante a implementação das atividades para esta proposta serão levadas em consideração tanto nos ajustes contínuos das atividades implementadas como na preparação de uma proposta para a Janela B.

Em diversos objetivos da proposta reafirma-se o compromisso com a inclusão de diversos segmentos da sociedade, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e jovens, como parte explícita dos resultados a serem obtidos. Essa inclusão se aplica em temas transversais, como capacitação e fortalecimento do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, com destaque para criação de grupos de trabalho específicos sobre gênero e de lideranças tradicionais locais e atividades inclusivas para jovens e mulheres, como multiplicadores de conhecimento; bem como na estruturação de políticas públicas, desenvolvimento da estratégia estadual de REDD+ e na identificação de oportunidades de investimento, por exemplo, com garantia de participação de iniciativas desenvolvidas por comunidades indígenas ou mulheres na plataforma de comercialização de produtos sustentáveis.

1.7.4 INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

O Estado de Rondônia está em processo de formalização de sua estratégia jurisdicional e de seu plano de implementação e investimentos. Durante esses processos, questões relacionadas a integração e equidade de gênero, diversidade sócio cultural, raças e etnias serão seriamente levadas em consideração no processo de design e implementação das atividades do programa aqui apresentado e da Estratégia e Plano Jurisdicional de REDD+ no Estado de Rondônia, como salvaguardas socioambientais.

O projeto proposto foi desenhado de forma colaborativa, como já foi discutido, de modo que seu próprio modelo é representativo das diferentes vozes que coexistem em Rondônia – isso fica claro, por exemplo, na importância das consultas no interior do estado (e não apenas capital) e na valorização das lideranças femininas e jovens no FEMC.

O modelo do projeto inclui a definição de metas de integração de gênero e diversidade (seção 1.4.2 Resultados Esperado das Atividades), que serão monitoradas durante toda a implementação e ao final do projeto. Dessa forma, a abordagem de gênero permeia o sucesso do projeto. As metas partem do entendimento de que as lideranças femininas devem ser empoderadas nos espaços de representação, podendo atuar como facilitadoras do diálogo e multiplicadoras do conhecimento. Nas capacitações, também foram consideradas questões geracionais, buscando um percentual mínimo de jovens, que poderão atuar como multiplicadores de conhecimento a partir de ferramentas online e diálogo intergeracional. E mesmo na área de identificação de novas atividades produtivas, há o compromisso de buscar oportunidades lideradas por mulheres.

É da responsabilidade da equipe do projeto como um todo garantir um projeto representativo e equitativo. Durante a implementação das atividades, serão consultados atores como lideranças locais para que sejam definidos e detalhados os passos necessários para garantir as diferentes formas de inserção de grupos marginalizados no projeto. Os ajustes necessários serão adotados, sejam eles de linguagem, logística ou abordagem/dinâmica, de forma facilitar uma ampla participação.

Essa questão não é novidade para Rondônia. O Estado já tem um histórico positivo de integração de gênero no âmbito político, tendo 25% das cadeiras da Câmara de Deputados ocupada por mulheres⁴. Segundo o IBGE, Rondônia é o terceiro estado do país com maior representatividade política feminina.

Tampouco é novidade para os parceiros do projeto. Por exemplo, o IDESAM possui experiência de trabalho com lideranças femininas no estado do Amazonas. Em uma iniciativa financiada pela União Europeia, em parceria com o Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas (MMTR), o IDESAM objetivou fortalecer a capacidade coletiva de organizações sociais para consolidar os seus interesses sociais e econômicos na defesa de seus territórios, participar da criação e implantação de políticas florestais e acessar programas de apoio e fomento à atividade florestal. O projeto desenvolveu uma série de cartilhas educativas, além de oficinas de capacitação e de multiplicação, nos temas: 1. Políticas Públicas, Gênero, Cidadania e Educação Ambiental; 2. Associativismo e Cooperativismo; 3. Criação de Organização Social e Princípios de Lideranças; 4. Administração e Gestão Institucional; 5. Contabilidade Institucional; 6. Elaboração de Projetos e Acesso a Editais; 7. Legislação Florestal e Fundiária; 8. Agroecologia; 9. Manejo Florestal e; 10. Comercialização de Produtos Florestais. O projeto focou especificamente nas líderes ribeirinhas mulheres, que retornaram às suas associações munidas de conhecimento e exemplares das cartilhas para distribuir e difundir o conhecimento com os demais comunitários e membros das associações.

Portanto, está claro a inserção do tema de integração de gênero dentro dos objetivos da proposta, bem como no processo de sua implementação. Além disso, as entidades implementadoras do projeto (BVRio e IDESAM) possuem experiência previa no tema, e a visão conjunta da importância e necessidade desse tema dentro do desenvolvimento desse projeto.

1.7.5 GESTÃO DE CONHECIMENTO E COMUNICAÇÕES

O Governo de Rondônia tem na transparência um dos principais eixos de seu plano estratégico 2016-2020. Como consequência, algumas das atividades a serem desenvolvidas nesse projeto estão exatamente relacionadas a isso. É esperado o desenvolvimento de uma série de estudos e de relatórios periódicos, que podem aportar não apenas novos dados e análises, mas também lições aprendidas ao longo do projeto. O objetivo é fazer todas essas informações serem amplamente disponíveis para o público em geral.

Para várias das atividades desenvolvidas, são esperados o desenvolvimento de eventos, workshops e palestras para a divulgação dos resultados e recolhimento de possíveis melhorias. BVRio, SEDAM e parceiros possuem espaços em seus websites e em suas instalações físicas para a disponibilização do material produzido.

Além da transparência ativa com os atores externos, o Estado de Rondônia, BVRio e parceiros já estão atuando de forma aberta e com facilidade de diálogo e troca de informação. Todo o aprendizado do proponente será compartilhado com o Estado, assim como todos os materiais desenvolvidos ao longo do e para o projeto.

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/10073/64529?tipo=ranking&ano=2017>

2 RISCOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

2.1 GERENCIAMENTO DE RISCOS

2.1.1 RISCOS EXTERNOS

Mudanças de governo e equipe técnica do Estado – É importante enfatizar que há diferenças entre projetos de Governo e projetos de Estado. Enquanto no primeiro caso os projetos podem ser fortemente afetados por trocas de governo, o segundo caso esse fenômeno não se aplica. Projetos de Estado se relacionam a estratégias de longo prazo, que serão implementadas e desenvolvidas, independente do governante. O Plano Jurisdicional de REDD+ pode ser considerado como um Projeto ou Programa de Estado.

Apesar disso, o ano de 2018 e um ano eleitoral, e em 2019 um novo governo assumirá o Estado de Rondônia. Essas mudanças de governo sempre ocasionam certos percalços e dificuldades de mobilização de pessoal e de recursos para o desenvolvimento de atividades. Por isso, o proponente do projeto buscará envolver uma gama de atores, tanto funcionários públicos de carreira quanto apontados políticos, no desenvolvimento do projeto. Dessa forma, há uma maior garantia de continuidade do projeto dentro do Estado, minimizando o risco de perda de conhecimento e/ou atrasos na implementação.

Enfraquecimento da legislação ambiental no nível nacional – O Brasil passa por um momento de turbulência política e econômica, com governos de curta duração e aceleração do processo legislativo. Esse movimento é amplamente contestado pela sociedade civil⁵ e coloca em risco as metas climáticas assinadas por Temer e que fazem parte do Acordo de Paris ratificado pelo Brasil. Por exemplo, o Congresso brasileiro recentemente reduziu em mais de 1,1 milhão de hectares as unidades de Conservação, incentivando a grilagem e desmatamento. Outro caso claro é o enfraquecimento do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004 - Lei Geral de Licenciamento), e até o novo Código de Mineração. Esse movimento político de alto nível e na esfera federal estão fora do controle do projeto, tanto de seu proponente quando do Estado de Rondônia. Apesar de as articulações do Fórum dos Governadores da Amazônia Legal apresentarem uma possível frente de contestação, esse cenário pode atrapalhar o andamento do projeto.

No intuito de minimizar os riscos relacionados a políticas nacionais que possam afetar o projeto, BVRio tem uma participação ativa em diversos grupos como Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima e Aliança REDD+ Brasil. A participação ativa em todas essas iniciativas permite a BVRio ter informações sobre o desenvolvimento de políticas nacionais que possam afetar a implementação do projeto, e implementar medidas mitigadoras o mais cedo possível.

2.1.2 RISCOS INTERNOS

Capacidade da BVRio em implementar o projeto – A BVRio tem ampla experiência na implementação de projetos do porte do projeto atual. Durante seus 7 anos de vida, quase 4 milhões de dólares foram gerenciados pela BVRio e mais de 5 projetos foram relacionados a montantes semelhantes ou maiores que USD 400.000. A BVRio possui sistemas internos robustos, equipe com ampla experiência nacional e internacional e networking e engajamento com grupos, associações, profissionais e agentes governamentais que podem ajudar e facilitar a implementação de projetos da natureza desse projeto.

Experiência previa em desenvolvimento de políticas públicas – A BVRio foi criada a partir de uma parceria estratégica com a cidade e o estado do Rio de Janeiro, no intuito de desenvolver políticas públicas para o setor climático e iniciativas de engajamento do setor privado. Durante sua história, a BVRio trabalhou em projetos relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas para a redução da poluição na baía de Guanabara (no estado do Rio de Janeiro), no desenvolvimento da política estadual de mudanças climáticas do estado do Rio de

⁵ <http://www.observatoriodoclima.eco.br/carta-de-atalanta/>

Janeiro, na regulamentação e implementação do Código Florestal Nacional, na regulamentação e implementação do Código Nacional de Gerenciamento de Resíduos.

A BVRio possui parcerias com outros estados amazônicos, como Governo do Estado do Amazonas, Governo do Estado do Acre e Governo do Estado do Pará. E finalmente, a BVRio tem um forte engajamento em diversos grupos como Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima, Aliança REDD+ Brasil, com participação ativa em temas relacionados a conservação, REDD+, mercados ambientais, floresta e agricultura.

Não presença física da BVRio em Rondônia – No momento a BVRio não possui presença física em Rondônia. Em um momento inicial, a BVRio coordenará a maior parte das atividades desse projeto a partir de sua sede no Rio de Janeiro. Com a perspectiva de implementação de diversas iniciativas de longo prazo na região, a BVRio vem estudando a possibilidade de criar um posto avançado na região amazônica, com o estado de Rondônia sendo o principal alvo para a localização do escritório e da equipe. Enquanto esse posto não é criado, a BVRio vem desenvolvendo laços estreitos e atuações conjuntas com ONGs e outras entidades do Estado de Rondônia, e firmou uma parceria estratégica com o IDESAM para a implementação desse projeto. O IDESAM possui mais de 10 anos de experiência no desenvolvimento de projetos de REDD+ e desenvolvimento de políticas públicas na região Amazônica, em especial experiência do desenvolvimento de diversos projetos em Rondônia.

Inclusão de Gênero no desenvolvimento do projeto – Durante o processo de avaliação do Projeto submetido para o GCF, foi identificado o risco de não se ter uma pessoa especializada na questão de gênero dentro da equipe do Projeto. No intuito de mitigar tal risco, BVRio vai buscar uma especialista em Gênero e incorporá-la à equipe do projeto. Esta profissional poderá ser identificada, preferencialmente, dentro da equipe de uma das instituições parceiras. E deverá integrar uma perspectiva de gênero nas atividades (por exemplo, dentro do planejamento e implementação das consultas das atividades 2 e 3, como em seu formato. Uma ideia poderia ser formação de grupos exclusivos de mulheres, horário e local das reuniões e eventos de modo a incentivar a participação das mulheres e o envolvimento ativo). Além disso, em consultas com grupos indígenas, essa especialista deverá ajudar nos esforços para atingir as mulheres indígenas. No primeiro trimestre do projeto, a BVRio já espera ter esta profissional envolvida no Projeto. Assim que possível, o Currículo dessa especialista será compartilhado com GCF. Essa profissional ajudará na revisão de indicadores e metas devem a fim de refletir de forma mais detalhada a questão de gênero dentro dos resultados esperados.

2.2 MONITORAMENTO

A BVRio possui um sistema interno para o monitoramento e acompanhamento de projetos. Cada projeto é desmembrado em atividades e cada atividade em ações. É feito um acompanhamento do cronograma físico e financeiro do projeto.

Reuniões periódicas são feitas com toda a equipe envolvida no projeto para avaliação do desenvolvimento do projeto e para tomada de decisões e medidas necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades e ações. Esse sistema de gestão de projetos será implementado para as atividades dessa proposta.

Além do monitoramento das atividades realizadas e do andamento do projeto, será desenvolvida uma matriz para avaliação do impacto decorrente das ações do projeto. Esta matriz levará em conta o alcance e a efetividade dos produtos entregues e dos resultados alcançados. Dentre outros indicadores de impacto, serão considerados o número de políticas públicas e regulamentos elaborados e sendo implementados, a área em hectares que teve seu status de proteção ou de ameaça alterado, a quantidade e o valor dos produtos comercializados por meio da plataforma desenvolvida, o montante e o valor estimado dos ativos ambientais cadastrados, o valor total adicional recebido pelos municípios beneficiados pelo ICMS Verde e o número de agentes públicos e da sociedade civil aplicando os conhecimentos e ferramentas obtidas pela participação nas atividades de qualificação e fortalecimento de capacidades.

2.3 SUSTENTABILIDADE DOS RESULTADOS

A Proposta atual foi desenvolvida levando-se em consideração o fato do ano de 2018/2019 ser um período eleitoral, de transição de governo, criando-se dificuldade inerentes ao evento das eleições e troca de governo. Por isso, nessa Janela A foram propostas atividades em que há menor dependência dos recursos do governo e que a Parte Responsável (BVRio) possa liderar o desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento do Plano Estratégico Jurisdicional e do Plano de Ação e de Investimento para o período de 2018-2020 vai esclarecer sobre outras iniciativas/estratégias que podem ser apresentadas na Janela B.

Diversas atividades propostas têm o financiamento do PNUD como passo inicial. Há conversas com diversos parceiros para se buscar novas fontes de financiamento para expansão da abrangência, escopo e duração de atividades propostas. Por exemplo, na área de capacitação, o número de pessoas treinadas pode ser multiplicado caso expandam-se os temas dentro do sistema estadual e municipal de educação. Com relação à mobilização de capital privado, pode-se concluir que há a possibilidade de mobilização de montantes maiores que o inicialmente proposto. E ações externas ao contexto REDD+/LED, como uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE) atualmente em desenvolvimento no Estado, pode gerar grande potencial de mobilização de investimentos na região.

Iniciativas como o ICMS Verde ou a integração do SisREDD+ de Rondônia com o sistema nacional não necessitam, a princípio, de investimentos ou financiamentos adicionais. São atividades autossuficientes, e que ao mudarem o ambiente político e institucional do estado, podem gerar grandes impactos na forma de enxergar florestas de governadores e prefeitos da região.

3 ORÇAMENTO

A ser incluído em um arquivo separado do Excel